

ESTUDOS

— O FASCISMO E A CRISE —
DA PRIMEIRA REPÚBLICA: —
OS NACIONALISTAS LUSITANOS
(1923-23)

ANTÓNIO COSTA PINTO

C.E.H.C.P. do I.S.C.T.E. e Departamento de História
do Instituto Universitário Europeu, Florença

PENÉLOPE. FAZER E DESFAZER HISTÓRIA, N.º 3, JUN. 1989

EM 1923, alguns meses após a marcha sobre Roma de Mussolini, surge a primeira e única tentativa de criação de um movimento fascista, no quadro da república liberal parlamentar. O «Nacionalismo Lusitano», cujo principal porta-voz se intitulará *A Ditadura — Periódico do fascismo português*, terá uma vida breve. Criado em 1923, é já virtualmente inexistente, quando se desencadeia o golpe de 18 de Abril de 1925, antecessor imediato do derrube do regime liberal-republicano ¹.

A tomada do poder pelo partido de Mussolini estimulou, ainda nos anos 20, o aparecimento de movimentos similares em vários países europeus. Mas, nesta década, o fascismo é visto ainda como um fenómeno específico italiano, e os pequenos partidos então criados representam um movimento limitado.

É sabido que o derrube do liberalismo português não foi protagonizado por um partido de tipo fascista. No entanto, escapa à investigação internacional a precocidade e a rapidez com que a ideologia e o exemplo do fascismo (agora entendido como o movimento de Mussolini) penetram em Portugal ².

No campo ideológico os indicadores são múltiplos (de Homem Cristo-Filho à tentativa «monárquico-sindicalista» de Rolão Preto, em 1922), e têm sido alvo de alguma investigação, ainda que este seja um campo onde, sem a utilização de instrumentos de análise adequados, se possa cair em erros teleológicos primários ³.

No campo político, o panorama da investigação é mais pobre. O facto, sempre citado, de o processo conducente ao golpe de 28 de Maio de 1926 não ter contido (e ter mesmo *coartado*) o desenvolvimento dum partido de tipo fascista provoca a subestimação da sua influência no processo de transição ao autoritarismo.

Este artigo tem por objecto a análise da primeira manifestação de uma organização de tipo fascista em Portugal, no quadro da crise do parlamentarismo republicano, e pretende contribuir para a caracterização dos agentes da crise que conduz ao derrube do liberalismo português, em 1926.

1. *Do Sidonismo ao Fascismo*

Em 1923 surge a primeira e única tentativa, no quadro da Primeira República, da criação de um movimento de tipo fascista. Os homens que partem por este caminho dão os seus primeiros passos políticos nos meios sidonistas do pós-guerra, ainda que ao estabele-

cerem a sua plataforma política e autónoma se demarquem e ultrapassem o quadro político e ideológico em que se moviam.

A tomada do poder pelo fascismo italiano, em Outubro de 1922, produziu um óbvio impacto nos meios da direita radical portuguesa. A sua influência faz-se desde logo sentir e tem o aplauso quer do integralismo quer de outros sectores nacionalistas. O referencial italiano que de ora avante os caracterizará não se apresentava no entanto igual. Para uns, a maioria, a experiência italiana era um exemplo de poder ditatorial. Para outros, o modelo italiano não se resumia a tal. O que os galvaniza é antes o tipo de organização e acção política com que atingiram o poder. Estas duas visões, aliás complementares e indissociáveis, reflectem posicionamentos diferentes.

Em Portugal, o primeiro caso pode ser exemplificado na Cruzada Nuno Álvares Pereira. Pequena liga ultranacionalista fundada em pleno sidonismo, a Cruzada desempenhou um papel importante nos anos finais da I.^a República. Apartidária e de base heterogénea, ela uniu e cimentou a reacção ditatorial desenvolvendo uma campanha de propaganda dentro da qual assume particular importância, a partir de 1923, o modelo italiano. Nas suas múltiplas sessões de propaganda, o fascismo italiano é ponto fulcral do seu discurso político. No entanto, quer pela sua base social quer pelo tipo de organização, a Cruzada não foi um movimento de tipo fascista ⁴.

Os segundos olham de outra maneira para os acontecimentos em Itália. Neste movimento, os sectores de matriz sidonista, em processo acelerado de fascização, apresentam características próprias que os demarcam senão na ideologia pelo menos no discurso político e nas propostas organizativas. O seu objectivo não se resumia organicamente à junção de «estudantes pálidos e burgueses apopléticos» ⁵, como Raul Proença estigmatizava a base social da Cruzada, mas antes a conquista, através de um discurso populista, de uma ampla camada da pequena e média burguesia e mesmo da classe operária.

Duas semanas após a marcha sobre Roma, o jornal sidonista *O Imparcial* retirava de imediato as lições: «Como em Itália nós vivemos dificilmente nas pontas agudas de um dilema terrível — que pode ser fatal. Porém um dia que tivermos um pouco a visão nítida dos factos e quisermos seguir o exemplo de que Mussolini é uma expressão, com uma facilidade pasmosa poderemos resolver o problema nacional, sem termos que apelar para o expediente caprichoso de uma revolução. Bastará que nos organizemos como se organizaram em Itália os fascistas.»

O sidonismo marcou a I.^a República portuguesa como esboço político de um tipo de regime alternativo ao parlamentarismo, englobando desde logo os tópicos fundamentais das modernas ditaduras

do século XX. Se podemos classificar a ditadura sidonista como «uma ditadura não institucionalizada», na medida em que não se conseguiu substituir os mecanismos liberais de representação por um modelo estável e integrador, a verdade é que esse esforço existiu e que, *ainda que potencialmente*, a ditadura sidonista contém algumas das premissas dos modernos regimes autoritários, emergentes da guerra de 1914-18, e do discurso e mobilização que os antecederam ⁶. O carisma populista do ditador legitimado por plebiscito e o apelo messiânico ao «salvador», a temática da ordem antidemocrática e o nacionalismo exacerbado, ao qual corresponde uma modernização do aparelho repressivo, o esboço de criação de um partido único de apoio ao regime e, finalmente, uma tentativa de orgânica corporativa de representação são indícios potenciais desta orientação.

Nas vésperas da sua morte, Sidónio contava apenas com o apoio de uma pequena guarda pretoriana constituída na sua maioria por oficiais de média patente e por um forte núcleo de jovens, recém-saídos da Escola de Guerra, em processo de politização acelerada, que se podem caracterizar politicamente como indiferentes à questão de regime, na sua maioria defensores de um militarismo antidemocrático e de um regime ditatorial. A este grupo propriamente militar unia-se o elemento civil, na maioria de base republicana. Ambos estão na base, derrubado o sidonismo, de uma reduzida mas combativa actividade política centrando-se legalmente em volta de diversas propostas de organização partidária e comprometendo-se nos sucessivos projectos golpistas de carácter pró-ditatorial.

Desaparecido como regime, o sidonismo não só constitui um ponto referencial de grande importância no amplo movimento que conduzirá à queda da República como dará origem a um pólo específico de acção antiparlamentar centrado à volta de uma amálgama de ex-sidonistas cuja progressiva radicalização conduzirá, na «nova República velha», a uma proposta política claramente fascista, de matriz republicana e sidonista.

Morto Sidónio e derrotada a «Monarquia do Norte», o frágil edifício por ele erguido destrói-se rapidamente, a começar pelo partido por ele criado: o Partido Nacional Republicano. Constituído em meados de 1918 tendo como base o grupo centrista de Egas Moniz, o PNR nunca desempenhou o papel que o próprio Sidónio lhe destinara: congregar as forças conservadoras apoiantes do 5 de Dezembro num partido uno e nacional. Preso desde o início por contradições internas, o PNR situa-se no tipo de partidos criados a partir do aparelho de Estado, como a futura União Patriótica do general Primo de Rivera ⁷.

Em Abril de 1919 surge uma primeira tentativa falhada de criação de um grande partido da direita republicana, unindo Unionistas, Evolucionistas e Centristas apoiantes do PNR, sob a égide de Egas Moniz. Em Maio do mesmo ano, as eleições confirmam desde logo a hegemonia do Partido Democrático, continuando os sectores que a ele se opõem esboçando alternativas partidárias ao seu domínio eleitoral. O primeiro resultado visível deste esforço seria a constituição em Setembro do Partido Liberal, resultante da fusão evolucionista/unionista. Em Outubro, algumas tendências acantonadas no PNR aconselham a dissolução do que dele resta no Partido Liberal.

Mas se a grande maioria do PNR se dissolve de imediato nos partidos recém-constituídos, o sector mais radical e saudosista dos apoiantes de Sidónio vai tentar unir-se em torno de uma plataforma política e organizativa própria, tendo como programa a negação do parlamentarismo e como modelo positivo a «República Nova» de Sidónio.

Será este sector o principal suporte duma primeira tentativa de organização consubstanciada no Partido Republicano Conservador, em 1919, logo seguida de uma organização mais coerente unificada em torno do Centro Republicano Dr. Sidónio Pais (1920) e do Partido Nacional Republicano Presidencialista (PNRP). Apesar das inevitáveis divergências inerentes à grupuscularização a que ficaram reduzidos após a queda do sidonismo, este núcleo permanecerá politicamente activo até 1923⁸.

Nos corpos dirigentes do Centro Sidónio Pais e do PNRP, a presença do elemento militar (no activo ou «saneado») é dominante. Em Fevereiro de 1921, quando o Centro projecta o lançamento do novo partido, forma-se uma comissão de redacção do programa. Dos membros escolhidos, só um, Miguel Crespo se apresenta como civil. Em Junho do mesmo ano a primeira comissão política do Centro era eleita. Dos 33 membros que a compunham, 19 eram oficiais, na maioria do Exército. Estes militares sidonistas unem-se rapidamente, na actividade conspirativa, com os participantes na Grande Guerra, na Flandres ou nas colónias. O seu ponto de união programática é a ordem na vida social e política, se bem que os primeiros se apresentem à partida com maior clareza de propósitos, um regime ditatorial, ainda que tingido eleitoralmente de presidencialismo.

No movimento sidonista e nas conspirações que este alimenta estão já presentes estes dois sectores — o propriamente sidonista e o de Flandres — unidos em constante oposição à República parlamentar, acompanhados de um segmento civil onde pontua o estudante e o intelectual nacionalista, que serão os publicistas do apelo às armas.

Este sector, gradualmente o mais dinâmico do movimento, expressa-se através de algumas publicações, a principal das quais era o semanário *O Imparcial*, órgão filiado no Centro Sidónio Pais. Este é constituído por jovens presos ao saudosismo da «República Nova» e cuja radicalização anti liberal se expressa na denúncia violenta do regime republicano e numa progressiva identificação com os movimentos autoritários que crescem na Europa, muito particularmente em Itália. É o caso de António Ferro, ex-ajudante de Filomeno da Câmara em Angola, director de *O Jornal* (1919 — affecto ao sidonista Partido Republicano Conservador) e candidato do PNRP em 1922. É o caso de Raul de Carvalho, futuro director do «Periódico do Fascismo Português» *A Ditadura* e, nos movimentos directamente conspirativos, o de João de Castro Osório, futuro dirigente dos «nacionalistas lusitanos». Todos vêm na esteira do sidonismo se bem que o encarem como referencial e não com o saudosismo que caracterizava grande parte dos dirigentes históricos do movimento.

Desde 1919, aquando das primeiras tentativas de organização autónoma, os sidonistas têm um objectivo: levantar o «país conservador». O seu apelo político dirige-se quase exclusivamente a estes elementos contra o seu aparente amorfismo. A plataforma do PNRP exprimia a tentativa de reconstituição do velho bloco conservador que permitiu o sidonismo. Um ano mais tarde e após a derrota eleitoral, o sector mais radical é claro. Para este é o sistema que está em causa e não qualquer alteração reformadora. Em 1922, o vice-presidente da Juventude Republicana Sidonista afirmava: «Eu supponho que em nenhum espírito sidonista subsiste ainda a hipótese da possibilidade de um entendimento tanto com os detentores e magnatas do sistema como com ele próprio. Quanto mais o tempo decorre, mais nitidamente se acentua a profunda divergência que entre eles e nós se levanta. Afinal não são homens que modificam os regimes, são estes que alteram a fisionomia moral daqueles»; e mais à frente: «Além dos processos de governo que estruturalmente nos tornam inconfundíveis com os nossos inimigos de ontem, amanhã e sempre (...), há ainda, a desviar-nos para um hemisfério político antagónico, a fundamental dissemelhança de pontos de vista. Para eles, o País é o Terreiro do Paço, órgãos da nação os caciques que garantem o êxito eleitoral dos candidatos. Para nós, o País é o País — desde Lisboa à mais recôndita aldeola, seus órgãos os municípios autónomos, as organizações profissionais, os estabelecimentos de ensino, etc.»

O mecanismo do «salvador» à imagem de Sidónio preocupa desde logo os sidonistas, não só pelo acirrar do mecanismo messiânico ao nível do discurso político mas também avançando nomes concretos.

Em Novembro de 1921, ao mesmo tempo que procuravam Gomes da Costa para encontros conspirativos, o sidonista *O Tempo* antepunha com notável antecipação uma interrogativa que o órgão da Cruzada Nuno Álvares repetiria em 1926: «Gomes da Costa, ditador de amanhã?»

A imprensa sidonista enfraquece gradualmente a partir de finais de 1921, aparentemente sob o impacte do falhanço eleitoral. Alguns órgãos como *O Tempo* desaparecem. Para tal apresenta-se como causa a repressão governamental mas a desilusão deste rescaldo permanece o facto determinante. A imprensa que resta, gradualmente descentralizada, mantém-se à volta de três temas políticos de fundo: a falência do parlamentarismo e a culpabilidade dos partidos, o apelo à luta dirigido aos conservadores e o modelo da «República Nova» progressivamente esbatido pela opção ditatorial.

Em 1922 apenas se mantém um dos jornais sidonistas ligados ao ano anterior ao Centro Sidónio Pais: *O Imparcial*. A sua leitura denota a progressiva radicalização deste sector. É aqui que António Ferro escreve «bilhetes de pêsames à república gagá e titubiante», proclamando: «Portugal está de luto pesado há muitos anos. Faleceu-lhe o espírito da raça. Aos novos cumpre ressuscitá-lo.» Aqui se tirará em Novembro de 1922 «A Lição de Itália», título de um artigo de fundo. Um pouco megalomanamente Sidónio obtinha o seu referencial externo: Benito Mussolini.

Esta progressiva distanciação do mero referencial sidonista manifesta-se ao nível da actividade conspiratória numa tentativa de golpe possuindo como base uma plataforma política mais consistente e com um objectivo programático bem delineado, mais tarde editado sob o título de *Revolução Nacionalista*. O seu autor e principal dirigente será João de Castro Osório. A base deste golpe permanece sidonista mas politicamente transcende já os limites em que o movimento se vinha delineando. Nele participam além de João de Castro, Mário Pires (editor de *O Imparcial*), José Duarte Costa (antigo director de um jornal filiado no Centro Sidónio Pais, *Revolução de Dezembro*), tenente Metello (membro da comissão política do Centro em 1921) e alguns outros militares de pequena patente. Desencadeado a 8 de Julho de 1922, o golpe falha e a maioria dos conspiradores, a começar por João de Castro, serão presos em São Julião da Barra. Saído da cadeia, este irá tentar criar uma nova organização⁹.

Parte do núcleo sidonista inicial irá continuar organizado até 1925 em volta do Centro e do PNRP, se bem que a sua influência seja mínima. A maioria dos notáveis sidonistas, como Eurico Cameira, Teófilo Duarte e Tamagnini, continuarão na orla do PNRP. Em 1923 o partido já não tem imprensa, lançando então o *Alma Portuguesa*

como seu porta-voz oficial. 1923 marca o fim do sidonismo enquanto pólo organizativo com um mínimo de acção política.

2. O Nacionalismo Lusitano

O golpe de 1922 que atrás referenciamos tinha já como base um programa político próprio que, no âmbito do movimento de implantação da «ordem», o preenchia com um acentuado sentido fascizante. O autor do programa *A Revolução Nacionalista*, João de Castro Osório, era um jovem de 24 anos, filho de uma conhecida figura da República, Ana de Castro Osório. Recém-licenciado em Direito, a sua estreia seria literária, publicando poemas e peças de teatro ¹⁰. Saído de São Julião da Barra em finais de 1922 será este o principal organizador da *Acção Nacionalista* e do *Centro do Nacionalismo Lusitano*. Em Julho de 1923 publica-se o primeiro número de o *Portugal*, cujo manifesto inicial possui já um carácter fascista.

Ao contrário de João de Castro, proveniente do campo intelectual, Raúl de Carvalho é um antigo adjunto da polícia preventiva de Sidónio ¹¹. Homem de mão das associações patronais, antigo administrador de concelho em Castelo de Vide. Raúl de Carvalho colabora na imprensa sidonista, onde publica artigos virulentos apelando à juventude para a «ressurreição nacional» contra o «império da bomba» e a «desordem permanente» ¹². Será ele que anunciará, em entrevista o *Imparcial*, o «programa do Conselho Supremo do Nacionalismo Lusitano» onde se preconiza a organização de milícias fascistas ¹³. Em Agosto de 1923 lançará o jornal *Ideia Nova* que, uma vez suspenso, reaparecerá em Outubro com o título *A Ditadura* ¹⁴ mantendo a partir daí uma periodicidade regular até ao 28 de Maio ainda que perca expressão e apoios a partir de 1925. Reunidos a partir de Agosto de 1923, estes dois nomes expressarão diferentes componentes de partida. João de Castro, mais coerente ideologicamente tem o percurso típico dos meios ultranacionalistas europeus. Raúl de Carvalho, incoerente e arrivista, está directamente ligado às associações patronais e à banca.

2.1. A formação do movimento

Desde a sua saída da cadeia que João de Castro trabalha para a criação da nova organização. Em Junho de 1923 funda o *Portugal*, órgão da *Acção Nacionalista*. O jornal tem por base sidonistas e radicais de direita de formação integralista, quase todos eles colabora-

dores da imprensa e participantes em golpes ligados a estes sectores. É o caso de Augusto Ferreira Gomes, de António de Cértima e do próprio João de Castro, aparecendo a colaborar no primeiro número nomes como o de Rui Coelho, futuro nacional-sindicalista ¹⁵.

O manifesto da *Acção Nacionalista* apela à organização de um novo sindicalismo contra «os mercenários que vivem à custa do suor dos operários» ¹⁶. É aliás com epíteto de neo-sindicalista que, em alguns editoriais, *A Batalha* alerta contra o perigo concreto deste tipo de organização. Neste ano de 1923 o tema do fascismo começa a ocupar lugar de destaque na imprensa operária portuguesa não só na anarco-sindicalista mas também na do jovem PCP ¹⁷. Os artigos, quase sempre traduções, apresentam no entanto e apenas um mero referencial estrangeiro. Contrastando com esta posição *A Batalha* denuncia desde logo esta aventura organizativa: «Entenderam alguns cavalheiros snobs a quem o nacionalismo fascista subiu à cabeça (...) que haviam de lançar em Portugal a semente vil do banditismo político que em Itália vem dando há meses os seus frutos venenosos. E como o nosso país (...) está bem educado pelas escorrências-lamacentas da monarquia e pelos erros dos homens da República é possível que a tal germine, cresça e floresça», interrogando-se desde logo sobre o financiamento de tal grupo. Noutro artigo alerta-se contra o perigo das formações milíciaes, dando-nos a confirmação da sua base política predominantemente sidonista: «temos conhecimento que se andam arregimentando indivíduos para fazerem parte das hostes combativas do fascismo. Sabemos também que dentro da organização fascista se encontram antigos elementos sidonistas que a ele deram a sua adesão.» ¹⁸

As preocupações do órgão anarco-sindicalista não eram infundadas, pois, segundo a correspondência de João de Castro com dirigentes integralistas, um dos objectivos centrais do novo movimento seria a constituição de uma «Confederação Nacional do Trabalho» em oposição directa à CGT. Para a sua direcção foi convidado Rolão Preto, o dirigente integralista responsável pelo sector do «trabalho» que um ano antes tinha criado alguns sindicatos nacionalistas e dirigido a experiência «monárquico-sindicalista» do *Revolução* ¹⁹.

Mas os receios de João de Castro de que os dirigentes integralistas não apoiem a iniciativa por dogmatismo ideológico confirmam-se. Segundo ele, o momento é propício a uma forte e violenta acção nacionalista, mas «sem a rigidez da sua desejável e futura perfeição (...). Seria prejudicial o acordar no povo a ideia de que a vitória nacionalista exige a completa aplicação da ideia integralista e monárquica» ²⁰.

As conversações que se travam directamente ou através de Rolão Preto com os outros dirigentes integralistas não têm grande sucesso e João de Castro não obtém o apoio ideológico e material para esta iniciativa, que se reivindica expressamente do fascismo.

Em Agosto de 1923 Raúl de Carvalho e João de Castro formam o *Centro do Nacionalismo Lusitano*, e o seu conselho supremo apresenta-se publicamente. A *Ditadura* será o seu principal porta-voz, substituindo *A Ideia Nacional*, fundada por Raúl de Carvalho meses antes e o *Portugal*, afecto a João de Castro.

Os primeiros manifestos do movimento, definindo o seu programa para a conjuntura política de 1923, são entusiasmantes para as associações patronais: «ditadura nacional, restabelecimento da pena de morte, extinção da GNR», anunciando-se que «em todas as cidades se constituirá a milícia fascista, composta por voluntários sem qualquer remuneração», como resposta aos «crimes de sindicalistas e comunistas»²¹.

A ritualização da militância interna baseava-se no modelo fascista. Ao aderir à organização o iniciado jurava uma proclamação: «Como português quero que o governo da Nação seja forte e nacional e se liberte das sociedades secretas, das clientelas políticas, dos bandos de especulação, responsáveis pela crise nacional; que seja assistido de representação directa das forças sociais da Nação, transformando o actual sistema de representação nacional das forças sociais, municipais e profissionais organizadas; que sejam livres e privilegiadas a família, a corporação, o município, a igreja; que o exército seja fortalecido e dignificado para defesa nacional; que a propriedade seja protegida nos seus direitos e obrigada a cumprir os seus deveres para com a nação e muito particularmente para com os trabalhadores», comprometendo-se, entre outros princípios, a «colocar-se ao lado de qualquer governo português contra a agressão estrangeira e o bolchevismo», «obedecer ao chefe do Nacionalismo-Lusitano na prática de todos os actos de serviço nacional voluntário», «fazer toda a propaganda para que os portugueses venham a organizar-se em volta dos princípios do Nacionalismo-Lusitano contra as oligarquias políticas e plutocráticas que tiranizam e aniquilam a Nação»²².

A imprensa operária e radical reage e pede a sua dissolução ao Ministério do Interior. A *Força* acusa-os de arregimentarem «jovens irresponsáveis armados», definindo o núcleo inicial das «hostes fascistas do Loureto» como «monárquicos integralistas, republicanos foragidos de vários grupos, nomeadamente do grupo sidonista, militares novos cheios de aspirações grandes, sindicalistas foragidos dos sindicatos profissionais, anarquistas sem ideal»²³. Apesar de estes

nunca saírem do limbo, a imprensa radical pede logo a prisão do «Dr. João» e dos seus cúmplices organizativos.

No campo da actividade antioperária, a sua acção ficaria no papel. A *Batalha* denunciaria uma tentativa de assalto à sua sede e em dias «quentes» a imprensa da esquerda republicana não hesita em ver «um numeroso grupo de «fascistas» com distintivos nos braços a passar à noite na zona da Trindade», mas o Exército e os sectores que gradualmente hegemonomizam a conspiração conservadora não vêem com bons olhos estes voluntários civis.

Em 1924 desaparecem as referências organizativas na imprensa afecta aos «Nacionalistas-Lusitanos». Já sem grandes aspirações militares, algumas destas personagens, caso de Raúl de Carvalho, passarão a uma mera agitação verbal. A partir do 18 de Abril, a sua marginalização é notória.

2.2. O programa da Revolução Nacionalista

A *Revolução Nacionalista* constitui a plataforma política adoptada pelos «nacionalistas lusitanos». Este manifesto programático será reproduzido na *Ditadura* e no *Imparcial*. Editado em finais de 1922 ele é o primeiro de uma série de pequenas brochuras de formação ideológica e política. A segunda será dedicada a Sidónio Pais, contendo uma longa introdução de João de Castro²⁴.

À semelhança de outros movimentos fascistas europeus estes não apresentam propriamente grande novidade ao nível de elaboração ideológica. A demarcação reside mais na radicalização de temas pré-existentes. Em Portugal, estes pouco acrescentam ao *Integralismo Lusitano* que é em grande parte responsável pela formação política dos dirigentes deste movimento fascista, caso do próprio João de Castro.

Para João de Castro, a Revolução Nacionalista tem de ser a imposição dum sistema já pensado. Revolução «porque substitui fatalmente a autoridade e a ordem existentes pela autoridade do seu novo espírito e pela organização que lhe é necessária. No mais é um movimento de autoridade»²⁵. Contra o sistema liberal há que não ter medo da palavra revolução, «a permanência do espírito revolucionário em Portugal enquanto não se entra num período de autoridade organizada é uma necessidade e um símbolo de vitalidade e renovo da Nação». Para a sua implantação é fundamental «organizar o nacionalismo em força demolidora e revolucionária»²⁶.

Nacionalismo significa aqui corrente nacionalista ou seja, o conjunto de grupos ideológicos e políticos que confluem para a «revolu-

ção da ordem». Importa pois salientar a própria genealogia do nacionalismo traçada por João de Castro.

Ao mergulhar na história recente da «corrente nacionalista» em Portugal, João de Castro encontra duas componentes essenciais no processo de formação do «nacionalismo perfeito» que constitui a base ideológica do seu movimento: o *Integralismo Lusitano* e a *Experiência Sidonista*. «Um, o Integralismo, representa a reacção intelectual, o outro, o ano de Sidónio Pais, representa a reacção espontânea e sentimental das energias nacionalistas. Acrescentaremos a estes dois grandes movimentos da alma portuguesa a reacção intelectual nacionalista e a criação do novo pensamento religioso português, realizados nos poetas e artistas, e teremos uma síntese dos movimentos que preparam o nacionalismo perfeito de hoje.»²⁷

O Integralismo Lusitano é obviamente o grande elaborador teórico do movimento nacionalista mas vale para João de Castro pela «reacção mental e moral que representa (...) apoiando-se na reacção monárquica da França e em todo o tradicionalismo político português»²⁸ e como tal e apenas lhe interessa. Dele se demarca na acção política. Aliás, à altura da sua formação, o Integralismo, *enquanto movimento político*, atravessava uma profunda crise que tinha levado à sua autodissolução em 1922²⁹.

Em Portugal, Sidónio Pais constitui um referencial importante enquanto exemplo de uma chefia pré-fascista. No segundo caderno da «Biblioteca da Acção Nacionalista», João de Castro teoriza sobre o modelo ideal do chefe que Sidónio não soube ser «por preconceitos liberais de educação, não podendo por isso ser completamente o ditador anti-liberal. É o messias mas não o político realizador»³⁰. Para o jovem advogado e poeta, um chefe terá que juntar as qualidades de animador das almas com as de um «compreensivo autoritarismo» que o levam a organizar com as energias nacionais por ele despertadas uma construção política. Em segundo lugar que «seja um ambicioso ou um autoritário e, à falta destas qualidades instintivas, ou além delas, um consciente pensador para a sua aplicação à realidade política e social». Sidónio galvaniza-o pelos aspectos proto-fascistas que encerra. *O messianismo*: «Sidónio Pais surge como uma figura imposta pelas forças emanentes da raça.» *O mito irracional do chefe* «Por um momento, a Nação revive porque encontrou um chefe e nele vê o sonho de todo o seu renovo». *O movimento que atingiu a massa popular*. «Sidónio Pais não é uma realização de governo é um movimento formidável de reacção na vida nacional.»³¹

A ditadura sidonista hegemoniza a análise feita por João de Castro do passado recente da «corrente nacionalista», e o projecto inte-

galista é desfolhado de todo o seu «aristocracismo monárquico» por não permitir uma mobilização massiva e popular pelos ideais nacionalistas. Ao referir a sua própria genealogia ideológica, este reivindica-se quer do Miguelismo e do Integralismo quer do *Rei e o Povo*, de Oliveira Martins e da *Ditadura Revolucionária* de Basílio Teles. Em 1922 João de Castro afirmará sem foros de ineditismo uma posição que subalterniza a questão do regime: «Com uma inteligência política normal percebe-se que não é a fórmula República ou Monarquia o essencial, mas sim a autoridade que dentro de qualquer das fórmulas é aplicada. A autoridade política, a força do governo, o seu fim e aplicação à vida eis o que importa.»³² Esta indiferença na questão do regime reflectir-se-á na proposta de organização do Estado ditatorial. No capítulo dedicado à «construção da autoridade», João de Castro aponta três medidas essenciais para a alternativa ao regime liberal: ditadura política, «transformação técnica do governo» e representação corporativa. Substituição do parlamento por uma câmara com representação provincial das associações patronais e sindicais, academias culturais, aliadas a um conjunto de «valores superiores» escolhidos directamente pelo ditador.

Dois problemas ocupam lugar de destaque no seu programa: a organização militar e a questão económica. No primeiro aponta-se para a militarização quase total: «O Estado nacional é militarista pois constrói o Estado sobre a força real da Nação, necessariamente organizada para a defesa e para a expansão na força militar e não sobre teorias e ideologismos políticos.» Apontando para uma reorganização total do Exército desde o corpo de oficiais até ao serviço militar obrigatório, «destinado a transformar rapidamente a massa da Nação por uma educação militar forte»³³.

No campo da reorganização económica, o seu modelo era entusiasmante para o grande capital. «Transformação da luta social em colaboração social», que se realizaria pela proibição da greve e do *lock out*, acompanhada pela «repressão de toda e qualquer propaganda que tenda a explorar as massas populares para fins antinacionais e comunistas»³⁴, agrupando as forças em presença «por grupos de produção e não por classes»³⁵. Previa-se ainda a reprivatização de várias empresas.

No campo social defende-se a organização familiar através do «pátrio poder», indissolubilidade do casamento e a modificação das leis sobre a herança de modo a manter o património.

O problema religioso merece destaque no novo regime, mas decorre de uma necessidade tradicional: «A acção portuguesa fez-se amparada pela fé católica, por isso o nacionalismo português tem de ser católico — católico por necessidade social.»³⁶ O catolicismo

será a religião oficial do Estado no entanto ele não ocupa parte expressiva no publicismo fascista. Apenas lhe interessa «dentro do limite que a tradição portuguesa o determina e sempre orientado com o critério de nacionalização máxima e de auxílio do nacionalismo português»³⁷.

Que grupos sociais interessa galvanizar para o derrube do liberalismo republicano? O primeiro número do *Portugal* avança a resposta: «Precisamos de criar um pensamento político completo do nacionalismo, de o aplicar ao estudo de todos os problemas, de o propagar de todos os modos *nas classes populares e nas classes médias conservadoras.*»³⁸ Este objectivo marcará o seu discurso, expressando-se ao nível das forças políticas organizadas pela tentativa de unir os sectores da direita radical, sejam eles sidonistas, republicanos ou monárquicos, aliados às «forças vivas» e às «tendências sindicalistas do operariado que não caíram no erro místico de querer o regime inorgânico e prejudicial da ditadura do proletariado»³⁹.

O manifesto inicial do *Portugal* dirige-se em especial à classe operária «Ao povo que trabalha — mais digno da Pátria do que as altas classes e a burguesia que a ia deixando perder — chamamos para o nosso lado na grande obra do progresso e da salvação (...) fugi aos ditadores vermelhos e a este regime de liberdade fictícia e incompetente que formam a vossa ruína.»⁴⁰ O seu objectivo fundamental é a questão social. Só o fascismo a pode resolver: «A melhor distribuição da riqueza social é justa? Mas só o nacionalismo a pode realizar. Não somos conservadores. Somos os mais avançados de todos porque esta época de dissolução já não nos serve e tentamos realizar já a ordem que deve sair destas revoluções de um século.»⁴¹

Neste discurso, típico do fascismo, *distingue-se um primeiro elemento de originalidade*, esta radicalização dos temas pré-existentes. Lá onde o conservadorismo hesita o fascismo justifica com uma linguagem revolucionária. Daqui a sua colocação na terceira via entre o liberalismo decadente e o «avanço dissolvente do comunismo». Como afirma Roger Bourderon: «A ideologia fascista, no momento em que retoma temas conhecidos, recusa admitir a existência anterior a ela apresentando-se assim em ruptura total com o que a precede, e denuncia não somente o marxismo (...) mas igualmente os conservadorismos de todas as espécies e naturalmente todo o pensamento liberal. Fazendo-o, e é outro aspecto do seu radicalismo, ela recusa todo o compromisso quer com o conservadorismo quer com o liberalismo.»⁴²

O grau de identificação com a reacção fascista na Europa é bastante forte. Em artigo de João de Castro no *Portugal* este disserta sobre a crise da guerra e sobre o aparecimento «do inimigo concreto

e terrível, o aparecimento da ditadura social», «ei-los que surgem congregando o seu sonho de domínio no grito de ditadura do proletariado.» Face a ele, o conservadorismo não resiste. Ante o comunismo, os governos conservadores nada podem, «mas não importa, quando o governo liberal-conservador da Itália ia cair entre a revolução social surge a ditadura nacionalista de Mussolini»⁴³. Nesta perspectiva outro articulista refere a *Action Française*, admirando-se da sua falta de audácia: «tem o seu corpo de doutrina feito, tem estudados os problemas que terá de resolver, tem consigo a mística popular, a força do exército, os seus heróis, os seus soldados. Não será um crime esperar?»⁴⁴ Esta dúvida, mais do que a caracterização da força da *Action Française*, será ponto de partida para a cisão de alguns dos seus membros, que avançarão, em movimento paralelo, para o fascismo, caso de George Valois, fundador do *Le Faisceau*⁴⁵.

2.3. A Ditadura e a conspiração conservadora

A *Ditadura*, órgão do movimento, mantém uma periodicidade regular até 1925 e continua a publicar-se mesmo após o 18 de Abril, quando desaparecem todas as referências ao Nacionalismo Lusitano e for notória a sua marginalização.

A unidade dos partidos e grupos de pressão conservadores em torno do regime liberal e da proclamação da ditadura é o principal tema do jornal até 1925. O exemplo externo é constantemente referido como contraposição às vacilações dos congéneres portugueses, «que vegetam numa tranquilidade, numa confiança no Estado, na polícia (...) que não vêem que a própria autoridade, o Estado e a propriedade se submergem no caos anárquico que eles não souberam deter»⁴⁶.

Na Europa, pelo contrário, «são os conservadores que mais lutam, os que mais desesperadamente reagem (...) são os conservadores que se antecipam à luta, que vão ao seu encontro com um exemplo brilhante do fascismo italiano»⁴⁷.

O regime ditatorial tem de ser edificado, ignorando a questão do regime, «a monarquia é uma ideia morta em Portugal»⁴⁸ e a Ditadura «a que poderíamos chamar «post-bélica» só tem com a ditadura clássica analogias meramente formalistas»⁴⁹.

Dois elementos centrais do apelo fascista do pós-guerra estão presentes no discurso político de *A Ditadura*: o binómio juventude/antigo combatente.

O apelo à juventude é uma constante: «Rapazes de Portugal! Chegou a nossa hora! A Pátria exige o nosso sacrifício!!! / Quem vem aí? São os cavaleiros da raça portuguesa. Os homens de amanhã!» O apelo dirige-se à nova geração «que tem ideias para melhorar o Portugal moralmente doente» e que, como geração do «aprés guerre, é uma geração de sacrifícios»⁵⁰.

Numa linha idêntica surgirá o apelo ao ex-combatente. Nesta frente destaca-se António de Cértima, regular colaborador de *A Ditadura*. Cértima é o autor da *Epopeia Moderna* e da *Legenda Dolorosa do Soldado Desconhecido de África*, constituindo o primeiro um diário de guerra e o segundo um «apelo às armas para salvar Portugal». Escritor prolífero, Cértima será o grande explorador do tema da guerra e do soldado traído pelos governos de Lisboa. *A Ditadura* reproduzirá muitos dos seus escritos.

Em finais de 1923, *A Ditadura* pressiona o governo conservador de Ginestal Machado a dissolver o Parlamento, tecendo-lhe duras críticas quando o seu ministério foi derrubado pelo Parlamento, depois de ter sobrevivido a uma tentativa revolucionária.

A partir daí as esperanças viram-se para Cunha Leal, nome susceptível de congregar o bloco conservador civil e militar. Em Dezembro de 1923, em consonância com movimentações conspirativas militares, Raul de Carvalho repete: «A ditadura é a salvação. As forças vivas do País assim o reclamam. O Exército assim o deseja. O povo assim o pensa (...) por que se espera? Por um homem? Mas esse homem tem o seu nome (...) esse homem é Cunha Leal.»⁵¹

Até ao 18 de Abril de 1925 é facilmente verificável a *interioridade* do movimento no âmbito das conspirações militares e a sua dependência financeira do patronato e da banca. Os nomes e os projectos publicitados correspondem às movimentações em curso ao longo do ano de 1924.

Os apoios financeiros são visíveis através da publicidade, que por vezes ocupa 60% do jornal. O principal subsídio vem da Sociedade Industrial Aliança (moagens) e de bancos formados no pós-guerra, caso do Industrial Português e do Popular Português. Além dos garrafais anúncios, existia a notícia paga do estilo: «em Portugal tem-se feito uma campanha insidiosa contra os banqueiros (...) *A Ditadura*, que é um órgão da Nação, orgulha-se de apresentar a Casa Borges e Irmão, fundada há longos anos no Porto, que tem sabido mostrar através de tudo aquela honestidade impecável que deve ser a divisa de todo o homem que quer trabalhar e progredir (...)».

A última tentativa golpista que conta com a participação do N. L. é o movimento de 18 de Abril de 1925. A proclamação de

A Ditadura é dirigida aos «soldados e camponeses» («vós que estivesdes na Flandres crucificados à metralha do inimigo (...)), apelando à participação no golpe, e pela Ditadura Nacional. Raul de Carvalho é preso, mas não será sequer julgado ⁵².

3. O Fascismo e a Crise do Regime Liberal Republicano

A formação da União dos Interesses Económicos em finais de 1924 coincide com o bloqueio quase imediato do «Nacionalismo Lusitano». Associando os principais organismos da indústria e da agricultura, a UIE organiza-se visando a intervenção política directa ⁵³. Em poucos meses esta desenvolverá uma campanha de propaganda anti liberal, aproveitando o próprio regime eleitoral; compra um dos principais quotidianos do País; negocia directamente plataformas com grupos militares, coartando o espaço e bloqueando o apoio financeiro para o recém-criado movimento.

Um segundo factor de bloqueamento do movimento prende-se com a instituição militar. A participação na I.ª Guerra Mundial provocou, sem dúvida, um enorme rombo nas já periclitantes relações entre os militares e as instituições do parlamentarismo republicano. Mas alguns elementos-base dos movimentos fascistas estão ausentes em Portugal.

O apelo do fascismo português ao ex-combatente não encontra eco na sociedade urbana do pós-guerra. Não só porque, ao nível do corpo de oficiais estes permanecem, na sua maioria, no interior da instituição militar, mas fundamentalmente porque a sociedade rural ou a emigração reabsorve rapidamente a massa de veteranos de guerra.

Em França, na Itália ou na Alemanha, as associações de antigos combatentes fornecem a primeira militância fascista, factor ausente em Portugal. Referindo-se à crise do liberalismo espanhol, Juan Linz refere que a não existência de uma geração de «veteranos» e de oficiais reservistas, bem como o reduzido número de estudantes sub ou desempregados, limitou a base potencial do fascismo espanhol, «consequentemente, os grupos sociais afectados pela crise da república e ameaçados pela mobilização das classes trabalhadoras não se podiam apoiar num grande número de activistas fascistas, virando-se para o Exército a fim de defender os seus interesses» ⁵⁴. Em Portugal, a participação militar na I.ª Guerra Mundial e a ditadura sidonista provocam a formação de um jovem corpo de oficiais, politizados pela direita radical integralista, que estará na base do golpe de estado de 28 de Maio de 1926, mas o elemento *declassé*, típico da sociedade europeia do pós-guerra, está ausente.

A tentativa golpista de 18 de Abril de 1925 marca a associação entre as «forças vivas» e sectores de um exército dividido e politizado, bloqueando espaço e função ao «Nacionalismo Lusitano», no processo de derrube do regime liberal republicano⁵⁵.

NOTAS

¹ Este artigo teve como ponto de partida uma investigação prévia sobre as primeiras manifestações do fascismo em Portugal, realizada já há alguns anos. Confrontados com a ausência de estudos monográficos sobre o tema, quando iniciámos uma pesquisa sobre o processo de formação do «Estado Novo», recolhemos alguns elementos sobre esta primeira tentativa de constituição de um movimento de tipo fascista, ainda no quadro da I.^a República. Curiosamente, depois de buscas infrutíferas de algumas fontes em bibliotecas portuguesas, viemos a descobrir na Hoover Library, em Stanford, uma colecção completa do *Portugal*, pretexto para a sua revisão e publicação. Uma versão resumida deste trabalho foi apresentada e discutida no seminário *O Fascismo e o seu Advento em Portugal*, organizado pelo Instituto de Ciências Sociais, em Junho de 1982.

² Como exemplo esclarecedor *vide* a reedição (de facto, nova versão) da obra de Pierre Milza, *Les Fascismes*, (Paris, 1985).

³ De resto extensíveis a outros estudos sobre as origens da ideologia fascista. Parte da obra de Zeev Sternhell é paradigmática sobre este ponto de vista, *vide* António Costa Pinto, «A Ideologia do Fascismo Revisitada: Zeev Sternhell e os seus críticos», in *Ler História*, 6, Novembro de 1985, pp. 109-120.

⁴ A Cruzada cumpriu um papel importante na propaganda do fascismo italiano, mas enquanto *organização política* não se pode considerar de tipo fascista. *Vide* a tentativa de descrição tipológica dos partidos de tipo fascista in Stanley Payne, *Fascism — Comparison and Definition* (Madison, 1980), p. 7. Sobre a Cruzada, *vide* José Machado Pais, *As «Forças Vivas» e a Crise do Regime Liberal Republicano*, a sair.

⁵ cf. Sottomayor Cardia (organização, prefácio e notas), *Seara Nova — Antologia*, vol. II (Lisboa, 1972), p. 85.

⁶ cf. M. V. Cabral, «A Grande Guerra e o Sidonismo — esboço interpretativo», *Análise Social*, vol. XV (48) (1979), p. 385. *Vide* também A. J. Telo, *O Sidonismo e o Movimento Operário — luta de classes em Portugal 1917-19* (Lisboa, 1978).

⁷ Sobre o partido de Primo de Rivera *vide* Shlomo Ben-Ami, *Fascism from Above — The Dictatorship of Primo de Rivera in Spain 1923-1930* (Oxford, 1983), pp. 126-173. *Vide* também a obra mais recente de James H. Rial, *Revolution from Above — The Primo de Rivera Dictatorship in Spain 1923-1930*, (London and Toronto, 1986).

⁸ O Partido Republicano Conservador, cujo programa é da autoria de Basílio Teles, bem como outros partidos criados no pós-guerra, mereceria, em minha opinião, um estudo detalhado.

⁹ Este golpe é referenciado em várias *Memórias*, nomeadamente as de Alfredo Freitas Branco, visconde de Porto da Cruz, jovem integralista, colaborador do *Portugal*. Anunciando a fundação do Nacionalismo Lusitano, o porta-voz do movimento apresenta como justificação para o falhanço do golpe, traições de última hora e a divisão entre monárquicos e republicanos. Cf. *Portugal*, nº 4, 23-6-1923, p. 5.

¹⁰ Como, por exemplo, *Rainha Santa — elegia*, (Lisboa, 1923), exacerbadamente nacionalista. Em 1925, o boletim da Cruzada Nuno Álvares Pereira define-o como «fascista». Abandonará a vida política activa nas vésperas do 28 de Maio de 1926. Dirigirá a revista literária *Descobrimento* (1932). Em 1965 ainda colabora na revista *Sulco*, órgão do Centro de Estudos Político-Sociais da União Nacional.

¹¹ Cf. *Imparcial*, 26-7-1923, 1.

¹² Raul de Carvalho, «Pela Pátria», *A Verdade*, 2-6-1923, p. 1.

¹³ Cf. número citado de *O Imparcial*.

¹⁴ Primeiro número, 30-10-1923.

¹⁵ Tendo como primeiro director Augusto Ferreira Gomes, *Portugal* (nº 1, 2-6-1923) interrompe a sua publicação algumas semanas mais tarde, quando deveria passar a diário. A principal razão desta interrupção deve-se ao não apoio da direcção integralista, apesar dos esforços de João de Castro (cf. correspondência cit. notas 20 e 21).

¹⁶ Este manifesto será imediatamente denunciado em *A Batalha*, 5-7-1923, 1.

¹⁷ Ao longo do ano de 1923, *O Comunista* dedica regularmente artigos ao tema do fascismo.

¹⁸ *A Batalha*, 26-7-1923, 1.

¹⁹ Cf. carta de João de Castro a Rolão Preto, s. d. (Arquivo Rolão Preto).

²⁰ Cf. carta de João de Castro a Rolão Preto, 11-10-1923 (Arquivo Rolão Preto).

²¹ *O Imparcial*, 26-7-1923, 1-2.

²² *A Ditadura*, 4-1-1924, 2

²³ Cf. *Força*, 4-11-1923, 2, e 25-11-1923, 2.

²⁴ Feliciano de Carvalho (organização), *Um Ano de Ditadura — Discursos e Alocuções de Sidónio Pais*, Lisboa, 1924. Feliciano de Carvalho será director de uma efémera publicação, *A Nação Lusitana*, «periódico nacionalista», editada em Lisboa, em 1923.

²⁵ João de Castro, *A Revolução Nacionalista*, Lisboa, 1922, 23.

²⁶ *Idem*, 21.

²⁷ *Idem*, 42-43.

²⁸ *Idem*, 43.

²⁹ Cf. Leão Ramos Ascensão, *O Integralismo Lusitano* (Lisboa, 1953). Vide sobre o movimento integralista no pós-guerra, Manuel Braga da Cruz, «O Integralismo Lusitano nas Origens do Salazarismo», in *Análise Social*, vol. XVIII (70), 1982-1.º, 143-147.

³⁰ João de Castro, *op. cit.*, 30-31.

³¹ *Idem*, 44-45.

³² *Idem*, 7-8.

³³ *Idem*, 59.

³⁴ *Idem*, 64.

³⁵ *Idem*, 61.

³⁶ *Idem*, 59.

³⁷ *Idem*, 60.

³⁸ *Portugal*, 2-6-1923, 2. Itálico nosso.

³⁹ João de Castro, *op. cit.*, 46.

⁴⁰ *Portugal*, 2-6-1923, 1.

⁴¹ *Idem*, 1.

⁴² Roger Bourderon, *Le Fascisme — idéologie et pratiques*, Paris, 1977,

109.

⁴³ *Portugal*, 2-6-1923.

⁴⁴ *Idem*, 3.

⁴⁵ Sobre Valois e *Le Faisceau*, vide Zeev Sternhell, *Ni droite ni gauche — L'idéologie fasciste en France*, (Paris, 1983), 106-135, e Robert Saucy, *French Fascism — The First Wave, 1924-1933*, (New Haven and London, 1986), 87-195.

⁴⁶ *A Ditadura*, 13-12-1924, 1.

⁴⁷ *Idem*, 1.

⁴⁸ *A Ditadura* 27-11-1923, 1.

⁴⁹ *Idem*, 7-10-1924, 1.

⁵⁰ *A Ditadura* 19-12-1923, 1.

⁵¹ *Idem*, 19-4-1925, 1.

⁵² *Idem*, 19-4-1923, 1.

⁵³ Sobre a UIE, vide António José Telo, «As Associações Patronais e a Queda da República», in AA. VV., *O Fascismo em Portugal*, (Lisboa, 1982), 317-340.

⁵⁴ Juan J. Linz, *The Breakdown of Democratic Regimes — Crisis, Breakdown and Reequilibration*, (Baltimore and London, 1978), 56.

⁵⁵ Os factores explicativos da ausência de partido fascista no âmbito da transição ao autoritarismo serão abordados na introdução da nossa tese de doutoramento em curso, sobre o fascismo em Portugal nos anos 30.